CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

PL avalia que Michelle recuará de desistência ao Senado

Integrantes da cúpula do Partido Liberal (PL) avaliam que Michelle Bolsonaro recuará da desistência de disputar o Senado Federal nas eleições deste ano.

A ex-primeira-dama disse, por meio de um comunicado divulgado na noite de terça-feira (30), que não disputará o pleito para "se dedicar integralmente aos cuidados com o marido e a filha".

Contudo, parlamentares da legenda veem um jogo de cena e apontam que Michelle teria anunciado a desistência como resposta a ataques que sofreu, de parte da militância bolsonarista, após expor publicamente atritos com o enteado e senador Flávio Bolsonaro (PL), pré-candidato à Presidência.

Na avaliação desses dirigentes, Michelle busca estancar as críticas nas redes sociais, mas não abrirá mão de uma eleição muito bem encaminhada ao Senado pelo Distrito Federal. Afinal, o mandato manteria a ex-primeira-dama no holofote da política nacional pelos próximos oito anos.

Alan Santos/PR

Michelle busca estancar as críticas nas redes sociais

STF cobra Senado sobre representação do Novo contra Alcolumbre

A ministra Cármen Lúcia (STF) determinou que a Mesa Diretora do Senado preste informações sobre a demora na instalação do Conselho de Ética da Casa após o Partido Novo afirmar que a omissão impede a tramitação de uma representação apresentada contra o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil). Antes de analisar o pedido de liminar, a magistrada decidiu ouvir a autoridade apontada como responsável pela suposta omissão.

A ação foi apresentada pelo Partido Novo, que sustenta que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ainda não foi instalado para o biênio 2025-2026. Segundo a legenda, a ausência do colegiado impede a análise de representações, denúncias e outras matérias disciplinares, incluindo a que foi protocolada contra Alcolumbre.

Na petição, o partido afirma que o senador Eduardo Girão (Novo) encaminhou, em abril deste ano, dois ofícios cobrando a instalação imediata do Conselho de Ética. De acordo com a legenda, os pedidos "permaneceram sem resposta e a representação segue sem qualquer possibilidade de tramitação".

O Novo pediu ao STF que determine à Mesa Diretora do Senado a adoção das providências necessárias para a eleição dos membros e a instalação do colegiado. Subsidiariamente, requereu que seja apresentado, em até cinco dias, um cronograma público para concluir a instalação do Conselho em prazo não superior a 15 dias.

O partido também solicitou que, após a instalação do órgão, as representações pendentes sejam encaminhadas para análise, "inclusive a representação apresentada pelo Partido Novo em face do senador Davi Alcolumbre", sem que o Supremo interfira no mérito do processo disciplinar.

Ao analisar o caso, Cármen Lúcia afirmou que, diante da relevância das questões apresentadas e antes de decidir sobre a liminar, é necessário obter esclarecimentos da Mesa Diretora do Senado.

"Pela relevância das questões colocadas na presente ação e sem embargo de ser necessária posterior análise sobre o cabimento desta impetração, é de se concluir serem indispensáveis informações iniciais para perfeita compreensão do que posto nos autos", escreveu a ministra.

Com isso, a relatora determinou que a Mesa Diretora preste informações no prazo legal. Após a manifestação do Senado, os autos serão encaminhados à Procuradoria-Geral da República (PGR), que emitirá parecer antes de uma decisão sobre o pedido de liminar.

PF fecha contrato de R$ 21,7 milhões para adquirir sistema antidrones de empresa israelense

A Polícia Federal (PF) formalizou um contrato de R$ 21,7 milhões para adquirir seis sistemas de proteção contra drones fabricados pela empresa israelense D-Fend Solutions, referência mundial no segmento. A tecnologia é utilizada por forças militares, órgãos de segurança e governos de diversos países para detectar, identificar e neutralizar aeronaves não tripuladas sem a necessidade de abatê-las.

O contrato prevê a compra de quatro sistemas estacionários (fixos) e dois sistemas móveis, ao custo total de US$ 3,81 milhões, equivalente a R$ 21,7 milhões, pela cotação utilizada pela PF. Cada equipamento foi contratado por cerca de R$ 3,6 milhões.

O objeto da contratação é um sistema do tipo C-UAS (Counter Uncrewed Aerial Systems), desenvolvido para proteger áreas sensíveis contra drones hostis. Diferentemente de equipamentos que simplesmente bloqueiam o sinal ou derrubam a aeronave, a tecnologia atua por meio de ataques cibernéticos via radiofrequência.

O mecanismo detecta o drone, identifica seu modelo e sua localização, rastreia o operador e pode assumir o controle da aeronave, fazendo com que ela pouse em segurança ou retorne ao ponto de origem. Esse método reduz o risco de danos colaterais em locais com grande circulação de pessoas ou infraestrutura crítica.

A tecnologia ganhou ainda mais relevância após a explosão do uso de drones em conflitos armados, especialmente na guerra entre Rússia e Ucrânia, onde esses equipamentos passaram a ser empregados em larga escala para reconhecimento, vigilância e ataques. O avanço desse cenário impulsionou a demanda mundial por sistemas capazes de neutralizar drones de forma precisa e sem interferir em outros equipamentos eletrônicos.

Segundo a fabricante, seus sistemas estão em operação em mais de 30 países, incluindo integrantes da Otan, da aliança Five Eyes e do G7. Também são utilizados por agências do governo dos Estados Unidos, forças militares, órgãos de segurança pública, aeroportos e operadores de infraestrutura crítica.

No caso da PF, os equipamentos poderão ser empregados em operações especiais, proteção de autoridades, segurança de grandes eventos, combate ao uso criminoso de drones e defesa de instalações estratégicas.

O contrato terá vigência de cinco anos. O documento também prevê garantia contratual equivalente a 3% do valor contratado, proibição de subcontratação e possibilidade de reajuste pelo IPCA após o primeiro ano.

Renan Santos diz que vai acabar com programa social do governo Lula

O pré-candidato à Presidência da República Renan Santos (Missão) afirmou que, se eleito, pretende extinguir o programa Pé-de-Meia, criado pelo governo do presidente Lula (PT), e substituí-lo por uma política de incentivo voltada ao desempenho escolar. Em declaração, Renan classificou a iniciativa federal como "horrorosa" e defendeu premiar estudantes com melhores notas em avaliações nacionais.

"Vamos, em vez de ficar com o Pé-de-Meia, aquele programa horroroso da Tabata Amaral e do Lula, que dá dinheiro só para a criança ir à escola. Olha que absurdo: a criança vai à escola, que é uma obrigação da família colocá-la na escola, e aí você dá um dinheiro", afirmou. "Tem gente que gasta esse dinheiro no Tigrinho. Não vai ser assim. Eu vou acabar com o Pé-de-Meia", declarou.

Segundo Renan, sua proposta é premiar financeiramente estudantes que obtenham alto desempenho nos "provões" do governo federal, além de contemplar suas famílias.

"No nosso governo, se você é uma criança e tem notas altas nos provões, a criança e a família vão ganhar prêmio em dinheiro. Se ela está tirando nota alta, ela vira um cidadão bom. É bom o Brasil dar dinheiro para essa pessoa, e não para vagabundo", disse.

O pré-candidato também afirmou que a medida teria custo inferior ao programa atual. "Vamos fazer essa política. Vai custar menos que o Pé-de-Meia e ajudar mais o Brasil".

Além disso, Renan defendeu a concessão de bolsas de estudo para estudantes da rede pública considerados os melhores colocados. "Vamos dar bolsas de estudo para os melhores alunos da escola pública irem estudar nas melhores escolas, para que concorram ao vestibular em igualdade de condições e não precisem mais de cota para porcaria nenhuma", declarou.